

INDICO 

*O que Realismo e Lirismo nos ensina é que na vida quotidiana de uma comunidade não nos pode passar despercebida a sua dimensão fantástica, demonstrada nas coisas mais simples da vida. Com efeito, comer, vestir-se, cantar, bailar, prover a subsistência própria ou alheia, apropriar-se do espaço, construindo casas, rasgando estradas, projectando jardins, são actividades cheias de fantasia, de emoção estética e de magia. Quotidiano e fantástico aparecem, então, como a dupla face da mesma realidade, podendo nós concluir que a autenticidade das comunidades humanas se atesta nas actividades da vida quotidiana, dado aí se misturarem, em permanência, o passado, o presente e o futuro delas mesmas.*

**Moisés de Lemos Martins**  
**Professor da Universidade do Minho**



MARTINS JC-MAPERÁ

**REALISMO E LIRISMO**  
**ESTUDO COMPARADO**  
**DA LITERATURA E CULTURA**

ENS A IO

INDICO 

MARTINS JC-MAPERA

**REALISMO E LIRISMO  
ESTUDO COMPARADO  
DA LITERATURA E CULTURA**

E N S A I O

INDICO 

**Martins JC-Mapera**

**Realismo e Lirismo**  
**Estudo Comparado da Literatura e Cultura**

FICHA TÉCNICA

Título **Realismo e Lirismo: Estudo Comparado da Literatura e Cultura**

Autor **Martins JC-Mapera**

Design da capa **L.Ussivane**

Número de registo **10944/RLINICC/2022**

ISBN **978-989-9098-23-7**

Tiragem **250 exemplares**

Impressão e acabamentos **CIEDIMA**

Maputo, Novembro de 2022

EDIÇÃO LIMITADA - PARA APRESENTAÇÃO NO SIMPÓSIO SOBRE TERRA SONÂMBULA: 30 ANOS CELEBRANDO A MOÇAMBICANIDADE.



## Prefácio da II Edição

### O discurso da identidade em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Braba* – o local, o nacional e o transnacional

Moisés de Lemos Martins

Professor da Universidade do Minho

*Realismo e Lirismo. Estudo Comparado da Literatura e Cultura*, de Martins José Chelene Mapera, é uma obra que analisa dois romances de escritores africanos, *Terra Sonâmbula*, do escritor moçambicano Mia Couto, e *Chuva Braba*, do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes. Agora em edição moçambicana, *Realismo e Lirismo* é um notável trabalho de investigação e de escrita, defendido, em 2013, como tese de doutoramento em Estudos Culturais, no quadro de um programa doutoral, realizado em consórcio pela Universidade de Aveiro e pela Universidade do Minho.

A acção narrativa de *Terra Sonâmbula* e de *Chuva Braba* remete para a construção da identidade colectiva, local, nacional e transnacional, em Moçambique e em Cabo Verde. O romance *Terra Sonâmbula* foi escrito em 1992, à saída da guerra civil, que devastou Moçambique entre 1976 e 1992. Do que se tratava, então, era de refazer um quotidiano desfeito pela guerra, a qual “tinha morto a estrada”, deixando caminhos por onde apenas “hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras” (*Terra Sonâmbula*, Ano: 11), e de criar uma identidade nacional, configurando um país, pacificado internamente, e com personalidade própria no espaço dos países de língua portuguesa. Por sua vez, *Chuva Braba*, romance de cariz neorrealista, escrito por Manuel Lopes, em 1956, com Cabo Verde ainda colónia portuguesa, remete-nos para a luta de um povo, que afronta uma natureza, árida e inclemente, num quotidiano de pobreza extrema. E se podia haver sonhos de água e de mandioca a fartarem muitos, era noutras paragens que não em Cabo Verde. Aqui, “Nem água nem mandioca dos outros” fartavam os olhos de quem quer que fosse (*Chuva Braba*, 189). No entanto, era deste modo que se ia caldeando a criouldade, assim como a forma do país de língua portuguesa, que se afirmará mais tarde, depois da independência, em 1975.

Podemos dizer que enunciar a identidade colectiva, local, nacional e transnacional, é objecto de um modo de produção de discursos, que define a realidade social (Martins, 1996),

no caso de Moçambique e de Cabo Verde. No entanto, classificar ou definir a realidade não se confina ao mero acto de dar nomes à realidade. Classificar a realidade, defini-la, concorre para a sua existência, ou então, para a sua inexistência, ou seja, para a subversão da realidade que existe.

Nestas circunstâncias, podemos, indistintamente, falar de enunciação e de encenação, porque enunciar, pôr em discurso, é sempre colocar em cena, e da mesma maneira, encenar é sempre, de algum modo, pôr em discurso. E o que é que Mia Couto e Manuel Lopes enunciam e encenam em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Braba*? Enunciam e encenam, precisamente, um discurso sobre gente que colocam em cena, no caso de Mia Couto a nação moçambicana, e em Manuel Lopes a comunidade cabo-verdiana.

Mas equivocamo-nos, se pensamos que a identidade dá crédito apenas a um regime de formas, de formas verbais e de formas visuais. Nação, comunidade local e comunidade transnacional são figuras que exprimem lutas, tentativas apaixonadas para delimitar e afirmar territórios e pertenças, para delimitar e afirmar identidades (Martins, 1996). Não são unicamente referências semânticas para a produção de uma sociedade que se efectuará, no essencial, fora da linguagem.

*Realismo e Lirismo. Estudo Comparado da Literatura e Cultura* abre, com efeito, para o debate sobre noções como nação, comunidade local e comunidade transnacional, que não são meros objectos teóricos. Aquilo que, neste estudo de Martins José Chelene Mapera, fundamentalmente está em jogo, quando em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Braba* é interrogado o sentido de nação, comunidade local e comunidade transnacional, é a interpretação da lógica social da linguagem empregue. Podemos então perguntar: e que lógica social têm as classificações, as definições que nesta obra são feitas da identidade colectiva? Ao colocar o acento na linguagem, *Realismo e Lirismo* tem em atenção o facto de ela ser, simultaneamente, representação (um dizer) e acção (um fazer). Ou seja, a linguagem tem uma lógica social, o que quer dizer que a linguagem é um poder na luta pelo poder de interpretar, censurar, afirmar, recusar (Martins, 2002/2017). O que aprendemos com *Realismo e Lirismo*, na leitura que nesta obra é feita de *Terra Sonâmbula* e de *Chuva Braba*, é que classificar a realidade social significa bater-se por um modelo de sociedade, ou então combatê-lo, o que quer dizer, é interpretar Moçambique e Cabo Verde. E a interpretação que é feita de um território significa, muitas vezes, censurar interpretações alheias, e mesmo, em certos casos, recusá-las.



*Realismo e Lirismo* permite lançar uma interrogação, tanto em *Terra Sonâmbula*, como em *Chuva Braba*, sobre o conhecimento da lógica social da linguagem. E uma tal interrogação significa que se indague até que ponto a linguagem é um poder nesta luta em que Moçambique e Cabo Verde estão envolvidos, a de uma permanente procura de sentido para a comunidade de cada um dos países, a que não é alheia a situação continental, do primeiro, e a situação insular, do segundo. Numa palavra, do que se trata em *Realismo e Lirismo* é ver até que ponto a linguagem, que diz “as di/visões da realidade” (Bourdieu, 1982, p. 150), concorre para que, num caso, o que existe se mantenha, e no outro caso, pelo contrário, para que o que existe deixe de existir. No romance *Chuva Braba*, a trama narrativa concorre, com efeito, para que o que existe deixe de existir, porque estamos em 1956 e o que se procura é que um horizonte crioulo transforme o território colonial. Mas no caso de *Terra Sonâmbula*, escrito em 1992, já com Moçambique como país independente, embora ainda à saída de uma fracturante e desoladora guerra civil, o que se pretende é que o que já existe, ou seja, a paz e a confraternidade, se mantenham e aprofundem. Quanto à figura de comunidade transnacional, podemos dizer que ela é sustentada pelo facto de Moçambique e Cabo Verde serem dois países africanos de língua portuguesa, com um passado e uma memória colonial comuns, que lhes marcará, para sempre, a identidade e o imaginário.

No entanto, o facto de todo o discurso sobre a identidade revelar o campo de combate por uma específica ordenação simbólica da sociedade, autoriza a conclusão de que o que se decide nessa luta é quem tem o poder para definir a realidade. E tanto em *Terra Sonâmbula*, como em *Chuva Braba*, os protagonistas da construção da nação são personagens jovens. É na juventude que radica, com efeito, a capacidade para sonhar um mundo melhor, no caso de Cabo Verde para sonhar com um mundo crioulo e de abundância, que se oponha ao sofrimento da pobreza prolongada, e no caso de Moçambique para sonhar com a paz e a confraternidade, nessa terra sonâmbula, ainda na encruzilhada da vida, confundida entre o mundo tradicional que a marcou, mas que se desmorona, e o mundo moderno que a avassala, mas que igualmente a despedaça.

Em síntese, o que se decide nestas lutas pela definição da identidade, é a legitimidade dos actores sociais, a legitimidade daqueles que intervêm publicamente para dizerem o que dizem e para fazerem o que fazem. É que os discursos da identidade são classificações práticas, que estão subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais (Bourdieu, 1980: 65).

Por exemplo, eu não vou dizer o que se joga de funções práticas e de efeitos sociais na classificação de Portugal como “país multirracial e pluricontinental”, que se estendia do Minho a Timor, ainda em 1956, ano da publicação de *Chuva Braba*, mas que são necessariamente diferentes daqueles que poderíamos encontrar na definição de Portugal, em 1992, com Moçambique já país independente. Alguns anos antes, em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, foi publicada a *Jangada de Pedra*, de José Saramago. Na configuração do rochedo peninsular, apresentada por Saramago, Portugal aparece com um destino inextricavelmente ligado a Espanha, e não já a África. Na narrativa de Saramago, Portugal e Espanha, qual navio-nação peninsular, desprende-se da Europa, por artes romanescas, ficando a vogar, no meio do Oceano Atlântico, ao largo da Europa, da América e da África. Periféricos relativamente aos três continentes, Portugal e Espanha pertenceriam, simultaneamente, a todos eles.

Não sei avaliar o peso desta intervenção de Saramago na (con)figuração da identidade portuguesa. Podemos perguntar-nos, em todo o caso, pelo que é feito desta definição. Ao que vemos, o rochedo não se desprende do continente europeu. Tanto em termos simbólicos como em termos institucionais, o que é facto é que se tem acentuado a ligação de Portugal à Europa. Mas, da mesma forma, tem-se acentuado, também, a ligação de Portugal aos países africanos de língua portuguesa, que acabaram por constituir todos, em 1996, com os outros países lusófonos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A história das comunidades humanas é feita, tanto de representações como de estruturas. Mas não é verdade que apenas as estruturas sociais constituam a realidade concreta da vida das comunidades, e que as representações não passem de uma ficção, ou então, de uma falsa imagem da realidade, uma realidade invertida, ilusória ou alienada. De modo nenhum as representações sociais têm a realidade de uma qualquer superestrutura. Os sistemas simbólicos de uma comunidade, ou por outra, o seu imaginário coletivo (religião, folclore, língua, mitos, ritos), são o incessante trabalho, através do qual as comunidades humanas se constituem e ao mesmo tempo dão conta da sua existência.

A identidade de uma comunidade, local, nacional e transnacional, é sempre o produto histórico de uma diferenciação cumulativa, ou seja, o resultado de um combate por classificações, definições e pertenças. Neste entendimento, eu diria mesmo que a identidade depende menos do espaço que do tempo e da história.



*Realismo e Lirismo. Estudo Comparado da Literatura e Cultura* interroga mais, tanto para Moçambique, como para Cabo Verde, as representações (a dinâmica social) do que as estruturas (a estática social). Quer isto dizer que a análise que nesta obra é feita dos fenómenos identitários da comunidade moçambicana, assim como da comunidade cabo-verdiana, passa, sobretudo, pela indagação da dinâmica social da memória histórica: o seu movimento, os processos e as relações sociais que a constituem. É verdade, no entanto, que a “dinâmica social” não contradiz a “estática”, para utilizar essa clássica formulação de Comte, na reavaliação que dela é feita por Georges Gurvitch (1968, II: 105). A dinâmica social não contraria o trabalho da memória, quando a memória se faz instituição, ou seja, quando a memória se faz relação social reificada, quando se faz estrutura. Assim, por exemplo, o património histórico e artístico de um país - uma rua, uma praça, uma cidade, museus e arquivos, e também *Terra Sonâmbula* e *Chuva Brava*-, se quisermos centrar-nos na realidade moçambicana e cabo-verdiana. Trata-se de relações sociais, embora reificadas. E esta circunstância permite que o património histórico e artístico sejam estruturas, não se contrapondo, de modo nenhum, às representações que dele fazemos.

Como bem o deixa entrever *Realismo e Lirismo*, uma representação social é um trabalho de memória, é o trabalho simbólico a que as comunidades moçambicana e cabo-verdiana se entregam, no acto em que se constituem e em que nos dão conta da sua existência. Em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Brava*, que integram o património histórico e artístico de Moçambique e de Cabo Verde, a realidade local, nacional e transnacional não é separável das representações que fazemos a favor ou contra a realidade que existe. Mesmo as fronteiras nacionais e as divisões das áreas culturais, por exemplo as divisões lusófona e europeia, são realidades homólogas das figuras de identidade local, nacional e transnacional. Em qualquer dos casos, seja quando traçamos linhas de divisão, seja quando imaginamos outras linhas, exprimimos, sempre, objectivos, lutas, tentativas apaixonadas para delimitar territórios e afirmar pertenças.

As linhas de di/visão social são, pois, objecto de um intenso combate social, de resultado incerto. É isso, aliás, o que podemos concluir do combate nacionalista, levado a cabo, tanto em Moçambique, como em Cabo Verde, contra o colonialismo. Se não houvesse vontade popular, não poderia haver independência das colónias. De pouco valeriam, então, as representações/enunciações/encenações nacionalistas. Não havendo vontade, não há realidade, uma vez que a linguagem não é tudo. A linguagem concorre para a realidade do

que existe, mas não é o próprio poder. A linguagem representa-o e simboliza-o, de maneira que o poder vem-lhe de fora; a magia da palavra é social (Bourdieu, 1982; Martins, 2002/2017).

O que, todavia, aprendemos em *Realismo e Lirismo* é que a identidade cultural dos povos, sendo coisa e corpo, não pode ser feita exclusivamente das narrativas do passado de uma comunidade numa situação singular. A propósito de um país e do seu futuro trabalha aquilo a que Paul Veyne (1984) chama “imaginação constituinte”. Na constituição da realidade de um país, entram sonho e imaginação, o que nos permite dizer que o sentido de uma comunidade nacional não está apenas atrás de si, no seu passado, como uma coisa velada, está, sobretudo, à sua frente, como uma coisa a descobrir e a abrir, como um mundo possível e como uma maneira possível dessa comunidade se orientar neste mundo.

O que *Realismo e Lirismo* nos ensina é que na vida quotidiana de uma comunidade não nos pode passar despercebida a sua dimensão fantástica, demonstrada nas coisas mais simples da vida. Com efeito, comer, vestir-se, cantar, bailar, prover a subsistência própria ou alheia, apropriar-se do espaço, construindo casas, rasgando estradas, projectando jardins, são actividades cheias de fantasia, de emoção estética e de magia. Quotidiano e fantástico aparecem, então, como a dupla face da mesma realidade, podendo nós concluir que a autenticidade das comunidades humanas se atesta nas actividades da vida quotidiana, dado aí se misturarem, em permanência, o passado, o presente e o futuro delas mesmas.

Ao fazer a releitura de *Terra Sonâmbula* e *Chuva Brava*, o livro de Martins José Chelene Mapera, *Lirismo Realismo e Lirismo. Estudo Comparado da Literatura e Cultura*, ensina-nos que a identidade das comunidades humanas é feita tanto de tradição como de prospectiva. E também nos ensina que a identidade de todas as comunidades humanas é uma realidade complexa e paradoxal. Porque a experiência histórica das nações nunca se revê numa realidade estável, fixa e permanente. A experiência histórica das nações é não só uma experiência de construção do mundo, como é também uma experiência da sua oscilação, pluralidade e erosão.

Em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Brava*, Moçambique e Cabo Verde vivem, com efeito, uma realidade fragmentada, fecundada embora por uma condição translocal, a condição colonial, no primeiro caso, e a condição de “cultura mundo” (Lipovetsky & Serroy, 2010; Martins, 2014), no segundo. Quer isto dizer que em *Terra Sonâmbula* e *Chuva Brava*, a identidade das comunidades, moçambicana e cabo-verdiana, é simultaneamente um factor

de resistência e uma possibilidade de abertura, com a resistência mais ancorada no passado, e a abertura mais virada para o futuro. Mas além de factor de resistência e de possibilidade de abertura, a identidade destas comunidades constitui, ainda, a condição da sua autenticidade, apesar de ambos os romances darem conta dos efeitos de uma racionalidade macrocéfala e total, com medidas a serem decididas fora das fronteiras, moçambicana e cabo-verdiana, e que afectam a vida dos mais recônditos lugares destes territórios.

### Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (1980). "L'identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 35, Paris.
- Bourdieu, Pierre (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Couto, Mia (2002). *Terra Sonâmbula* (8.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Gurvitch, Georges. (1968). Problèmes de la Sociologie de la Connaissance. In G. Gurvitch (Org.), *Traité de Sociologie* (pp. 103-136). Paris: PUF.
- Lipovetsky, Gilles. & Serroy, Jean (2010). *A Cultura-Mundo. Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Lisboa, Ed. 70.
- Lopes, Manuel (1997). *Chuva Brava*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Martins, Moisés de Lemos (1996). *Para Uma Inversa Navegação – O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Martins, Moisés de Lemos (2017). *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2.ª ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/48230>.
- Martins, Moisés de Lemos (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- Saramago, José (1986). *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Veyne, Paul (1984). *Acreditavam os Gregos em seus Mitos? Ensaio sobre a Imaginação Constituinte*. São Paulo: Editora Brasiliense.